



TR TERMO DE REFERENCIA

1. INTRODUÇÃO

Processo: 1177/2025

O presente Termo de Referência tem por finalidade estabelecer as condições, especificações técnicas e demais elementos necessários para a contratação de empresa especializada em serviços de segurança eletrônica, compreendendo instalação, manutenção preventiva e corretiva, locação em regime de comodato de equipamentos, monitoramento remoto 24 (vinte e quatro) horas e patrulhamento tático, destinados ao Abrigo da Criança e do Adolescente, unidade vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS.

A contratação tem como objetivo assegurar a proteção patrimonial, o controle de acesso e a integridade física dos usuários, servidores e bens públicos, mediante a adoção de soluções tecnológicas integradas de vigilância e alarme, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, da Instrução Normativa Conjunta nº 003/2024 – CGM/PGM, e das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, em especial a NBR IEC 60335-2-76, que estabelece os requisitos de segurança aplicáveis a aparelhos energizadores de cercas elétricas, bem como outras legislações e regulamentos pertinentes.

A modalidade licitatória adotada será o **PREGÃO ELETRÔNICO**, por se tratar de objeto classificado como bem e serviço comum, conforme os artigos 28, inciso II, e 55, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, observando-se as diretrizes de transparência, competitividade e eficiência que regem as contratações públicas.

Este Termo de Referência foi elaborado com base no respectivo Estudo Técnico Preliminar (ETP) e na Análise de Riscos (AR), documentos que fundamentam a necessidade, a viabilidade e a adequação da presente contratação, garantindo o atendimento aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade e interesse público.

O presente documento constitui instrumento norteador para a elaboração do edital,





julgamento das propostas e execução contratual, servindo como base técnica e administrativa para todas as etapas do procedimento licitatório e da gestão do contrato dele decorrente.

Órgão: Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS e Fundo Municipal de Assistência Social - FUMAS

Objeto resumido: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de instalação, manutenção preventiva e corretiva em sistema de segurança, incluindo cerca elétrica (aprox. 220 m), central de choque, sensores, alarmes, circuito interno de TV com gravação, acesso remoto para monitoramento de imagens, deslocamento de patrulha tática 24h para verificação in loco, bem como locação em regime de comodato dos equipamentos especificados (1 central de alarme até 32 setores; 10 sensores infravermelho interno; 6 sensores barreira com 6 feixes — mín. 150 m; 16 câmeras HD Full Color; 2 câmeras IP Full Color; 1 DVR com HD mínimo 2 TB; 1 TV/monitor 42”; e infraestrutura completa: cabos, conectores, sirenes, baterias e demais itens). Serviço por prazo de 12 (doze) meses, com pagamento mensal; manutenção e substituição de peças são de responsabilidade da contratada.

Elaborado por: Elison Brandão Moura — Matrícula 17444 — Assessor Executivo — Departamento de Compras

Autorizado por: Nilcemar Dias de Almeida — Secretário Municipal de Assistência Social

Gestor do Contrato: DIRCE APARECIDA DA SILVA, MATRICULA 5186 (Designação a ser formalizada em portaria específica)

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º § XXIII Alínea j; Art. 92º § VIII da Lei 14.133/2021)

As despesas decorrentes da execução do objeto deste Termo de Referência correrão à conta de recursos orçamentários próprios do **Fundo Municipal de Assistência Social – FUMAS**, vinculados à **Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS**, que serão consignados no orçamento do exercício de **2026**, conforme previsão constante no **Plano de Contratações Anual (PCA)**, atualmente em fase de elaboração.

A execução financeira observará a efetiva **disponibilidade orçamentária e financeira**, bem como as normas estabelecidas na **Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de**





Responsabilidade Fiscal) e demais dispositivos legais que regem a matéria, devendo a contratação estar previamente empenhada antes da emissão da ordem de serviço.

A **reserva de dotação** nº 17262 (ID 1667560) previsto a ser executado entre os meses de Agosto/2026 à Janeiro/2027 (6meses) conforme detalhado abaixo:

Reduzido: 47

Orgão: 21 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade: 21001 – FUMAS

Funcao: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL

SubFuncao: 245 - SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

Prog. Trabalho: 0072 - ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Projeto/Ativ: 2278 - GESTÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Natureza Desp.: 3.3.90.39.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

F. de Recurso: 26610000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDOS ESTADUAOS - ASSISTÊNCIA SOCIAL - EXERCÍCIOS ANTERIORES

VALOR: R\$ 21.999,96 (6 meses)

NOTA: O RESTANTE SERÁ DISPONIBILIZADO APOS A LIBERAÇÃO DO ORÇAMENTO 2027 .

3. OBJETO (Art. 6º § XXIII Alínea a; Art. 18º § II; Art. 40º §1º § I da Lei 14.133/2021)

O presente Termo de Referência tem por objeto a **contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de segurança eletrônica**, compreendendo:

- **Instalação** de sistema de segurança eletrônica, incluindo cerca elétrica, sensores de alarme, central de choque, sirenes, sistema de CFTV com gravação de imagens, e demais componentes necessários ao perfeito funcionamento do sistema;
- **Manutenção preventiva e corretiva** de todos os equipamentos e sistemas instalados, garantindo seu pleno funcionamento durante toda a vigência contratual;





- **Locação (em regime de comodato)** dos equipamentos utilizados no sistema, incluindo centrais de alarme, câmeras, DVR/NVR, fontes, sensores, cabeamento, roteadores e demais acessórios necessários;
- **Monitoramento remoto 24 (vinte e quatro) horas** dos sistemas de segurança instalados, com registro e resposta a alertas e eventos, bem como disponibilização de relatórios operacionais;
- **Deslocamento de patrulha tática** em caso de acionamento de alarmes, com tempo máximo de resposta conforme parâmetros técnicos definidos neste Termo de Referência.

A execução dos serviços deverá observar integralmente a legislação vigente, em especial a **Lei Federal nº 14.133/2021**, a **Instrução Normativa Conjunta nº 003/2024 – CGM/PGM**, as normas da **Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT**, em especial a **NBR IEC 60335-2-76**, e demais regulamentos aplicáveis à prestação de serviços de segurança eletrônica.

O objeto abrange ainda a **responsabilidade da contratada pela substituição, atualização e manutenção integral dos equipamentos locados**, sem ônus adicional à Administração, garantindo desempenho contínuo e ininterrupto do sistema de segurança.

4. JUSTIFICATIVA

A presente contratação justifica-se pela **necessidade de garantir a integridade física e patrimonial do Abrigo da Criança e do Adolescente**, equipamento público vinculado à **Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS**, que acolhe crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social, conforme preceitua o **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990)**.

O referido abrigo demanda **soluções de segurança eletrônica integradas e contínuas**, capazes de assegurar proteção permanente aos acolhidos, servidores e bens públicos, uma vez que o local permanece em funcionamento ininterrupto, com entrada e saída de pessoas em diferentes horários, exigindo vigilância constante e resposta imediata a situações emergenciais.

A implementação de sistema eletrônico de segurança, com monitoramento remoto 24 (vinte e quatro) horas e patrulhamento tático, visa **reduzir vulnerabilidades, prevenir**





invasões e proteger o patrimônio público, além de **otimizar recursos humanos e financeiros**, em comparação com modelos tradicionais de vigilância presencial.

A **locação em regime de comodato** assegura atualização tecnológica contínua e manutenção integral dos equipamentos, garantindo **disponibilidade operacional e eficiência técnica** durante toda a vigência contratual.

A ausência deste serviço acarreta **risco direto à integridade dos acolhidos e servidores**, bem como ao **cumprimento das medidas protetivas determinadas pelo Poder Judiciário**, comprometendo a **execução das políticas públicas de proteção social especial** sob responsabilidade da SEMAS.

Dessa forma, a contratação encontra respaldo técnico no **Estudo Técnico Preliminar (ETP)** e na **Análise de Riscos (AR)** elaborados para o presente processo, observando os princípios da **eficiência, economicidade, planejamento e continuidade do serviço público**, em conformidade com a **Lei Federal nº 14.133/2021**.

A opção pela modalidade **Pregão Eletrônico**, através de lote e decorre da análise de economicidade, competitividade e fomento às empresas locais/regionais, permitindo ganho de escala e melhores preços à Administração, sem prejuízo da competitividade e da ampla participação de fornecedores, conforme demonstrado no ETP.

5. CLASSIFICAÇÃO DO BEM COMUM (Art. 6º § XIII; Art. 20º; Art. 29º da Lei 14.133/2021; Decreto Municipal 59.671/23 Art. 1º §1º)

O objeto deste Termo de Referência enquadra-se como **bem e serviço comum**, nos termos do **art. 6º, inciso XXII**, da **Lei Federal nº 14.133/2021**, por possuir **padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no mercado**, sendo possível a **comparação entre as propostas mediante especificações usuais, de ampla disponibilidade e com soluções técnicas correntes**.

Os serviços de **segurança eletrônica, manutenção e monitoramento remoto**, bem como a **locação dos equipamentos em regime de comodato**, apresentam **características padronizadas e requisitos técnicos amplamente difundidos**, o que possibilita a adoção da **modalidade de licitação Pregão Eletrônico**, conforme previsto nos artigos **28, inciso II**, e **55, inciso III**, da referida Lei.

6. ESTIMATIVA DE VALOR (Art. 12º § II; Art. 18º § IV da Lei 14.133/21)





A estimativa orçamentária para a presente contratação foi apurada com base em levantamento de mercado e no Quadro Preço Médio anexado ao processo. Considerando prestação de serviços mensais (instalação, monitoramento, manutenção, patrulha e comodato dos equipamentos) a estimativa adotada é a seguir:

- **Valor estimado mensal (referência):** R\$ 3.666,66.
- **Vigência contratual considerada:** 12 (doze) meses.
- **Valor estimado total (12 meses):** R\$ 43.999,92.

LOTE ÚNICO					
ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR MÉDIO UNIT	VALOR MÉDIO TOTAL
1	12	SERVIÇO	Contratação de empresa especializada para Prestação de serviços de instalação, manutenção preventiva e corretiva em sistema de segurança, incluindo cerca elétrica (aprox. 220m), central de choque, sensores, alarmes, circuito interno de TV com gravação, acesso remoto para monitoramento de imagens, deslocamento de patrulha tática 24h para verificação in loco, bem como a locação, em regime de comodato, dos equipamentos necessários: 1 central de alarme até 32 setores, 10 sensores infravermelho interno, 6 sensores barreira com 6 feixes (mín. 150m), 16 câmeras HD Full Color, 2 câmeras IP Full Color, 1 DVR com HD mínimo de 2TB, 1 TV/monitor 42", além de toda infraestrutura (cabos, conectores, sirenes, baterias e demais itens), com pagamento mensal, por 12 (doze) meses, para atender o Abrigo da Criança e Adolescente, sendo de responsabilidade da contratada a manutenção completa e substituição de peças quando necessário.	R\$ 3.666,66	R\$ 43.999,92
PREÇO TOTAL					R\$ 43.999,92

7. FORMA, PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO (Art. 18º § III; Art. 40º, §1º, § II da Lei 14.133/21)

7.1 A execução dos serviços dar-se-á sob o **regime de prestação de serviços continuados com fornecimento em comodato**, compreendendo **instalação**,





manutenção preventiva e corretiva, monitoramento remoto 24 (vinte e quatro) horas, e patrulhamento tático de resposta, conforme as condições técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e nos documentos complementares do processo.

7.2 O prazo para **instalação completa**, configuração dos equipamentos, testes, geração de relatórios e entrega técnica será de **até 30 (trinta) dias corridos**, contados da **assinatura da Ordem de Serviço**.

7.3 A **vigência do serviço de monitoramento** somente terá início **após a conclusão integral da instalação**, emissão do **Termo de Recebimento Provisório** e validação técnica pela fiscalização da SEMAS.

7.4 O prazo de monitoramento será de **12 (doze) meses**, contados **exclusivamente a partir da data de início efetivo do monitoramento**, e não da assinatura do contrato.

7.5 Durante o período de instalação, **não haverá cobrança de mensalidade de monitoramento**, sendo responsabilidade da contratada garantir a execução dentro do prazo estabelecido.

FORMA DE EXECUÇÃO

Os serviços deverão ser executados de forma **integrada, ininterrupta e supervisionada**, com o fornecimento, pela contratada, de **todos os equipamentos, materiais e insumos necessários à operação do sistema de segurança eletrônica**, incluindo:

- Sistema de alarme e sensores de intrusão;
- Central de choque e cerca elétrica, em conformidade com a **ABNT NBR IEC 60335-2-76**;
- Circuito fechado de TV (CFTV) com gravação de imagens e acesso remoto;
- Equipamentos de comunicação, fontes, cabeamento e infraestrutura de rede;
- Software de gerenciamento e acesso remoto das imagens e eventos;
- Sistema de rastreamento e despacho de viaturas para patrulha tática, com tempo máximo de resposta de **até 15 (quinze) minutos** a partir do acionamento.

A contratada será responsável pela **instalação, configuração, calibração, integração e comissionamento** de todos os equipamentos e sistemas, garantindo sua





compatibilidade técnica (padrões ONVIF/RTSP) e pleno funcionamento durante toda a vigência contratual.

Durante a execução contratual, deverão ser realizadas **manutenções preventivas mensais e corretivas imediatas**, assegurando **disponibilidade mínima de 95%** dos sistemas, conforme indicadores estabelecidos na Análise de Riscos.

PRAZOS DE EXECUÇÃO

- **Início dos serviços:** até **10 (dez) dias corridos** após emissão da **Ordem de Serviço**;
- **Entrega do projeto executivo e ART/RRT:** em até **15 (quinze) dias** após a mobilização;
- **Prazo para instalação e comissionamento:** até **30 (trinta) dias úteis** contados da aprovação do projeto;
- **Prazo de vigência contratual:** **12 (doze) meses**, prorrogável nas hipóteses legais mediante justificativa técnica e vantajosidade.

Todos os serviços deverão ser acompanhados e atestados por **servidor designado como Fiscal de Contrato**, o qual poderá requisitar relatórios de manutenção, logs de monitoramento, registros de rondas e demais evidências de conformidade.

LOCAL DE EXECUÇÃO

Os serviços serão executados no **Abrigo da Criança e do Adolescente**, unidade vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, localizado em Vilhena/RO, conforme levantamento técnico constante no Estudo Técnico Preliminar.

CONDIÇÕES GERAIS

A contratada será integralmente responsável por:

- Custear transporte, instalação e comissionamento dos equipamentos;
- Garantir integridade dos cabos, sensores e módulos eletrônicos;
- Fornecer substituições imediatas de itens defeituosos sem custos adicionais;
- Manter equipe técnica capacitada e disponível 24h para atendimentos emergenciais;





- Cumprir rigorosamente as normas de segurança do trabalho e de segurança elétrica;
- Observar integralmente as normas da **ABNT**, as recomendações da **Polícia Federal para sistemas de segurança eletrônica** e demais regulamentos aplicáveis.

A Administração poderá realizar **vistoria técnica** sempre que julgar necessário, podendo solicitar substituição de equipamentos ou ajustes de posicionamento para otimizar o desempenho do sistema.

8. PAGAMENTO E CONDIÇÕES (Art. 6º § XXIII Alínea g; Art. 18º § III e Art. 92º; Capítulo X – Dos Pagamentos da lei 14.133/21)

Fundamento e forma: Pagamento mensal, condicionado ao cumprimento das obrigações contratuais e à comprovação documental exigida, mediante emissão de empenho e liquidação conforme regras orçamentárias. O pagamento será efetuado por transferência bancária/lista oficial em até **30 (trinta) dias corridos** contados do ateste do recebimento e apresentação da documentação comprobatória.

Documentos condicionantes ao pagamento (mínimos):

- Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) correspondente ao período/fatura;
- Termo de Recebimento/Comissionamento ou Atestado do Fiscal do Contrato;
- Relatório mensal de manutenção/ocorrências e comprovantes de rondas (quando aplicável);
- Comprovantes de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária (certidões exigidas no edital).

Retenções e glosas: Pagamentos relativos a parcelas rejeitadas ou não atestadas poderão ser retidos até regularização. A Administração reserva-se o direito de exigir reparação, substituição, abatimento proporcional ou aplicar sanções quando constatados vícios ou não conformidades, mesmo após pagamento, se houver vício oculto comprovado.

Faturamento e empenho: Faturamento por parcela/mês, com emissão de EMPENHO GLOBAL; todos os pagamentos dependem de prévia existência de dotação orçamentária e empenho.





9. CONTRATO

Instrumento e conteúdo: A relação jurídica entre a Administração e a contratada será formalizada mediante **instrumento contratual próprio**, em conformidade com o disposto no **art. 95 da Lei nº 14.133/2021**, que definirá as condições, prazos, responsabilidades, garantias, obrigações e penalidades aplicáveis à execução do objeto.

O contrato será celebrado após a homologação do certame e adjudicação do objeto à empresa vencedora, mediante assinatura das partes e publicação do extrato no órgão oficial.

Nos termos do **art. 117 da Lei nº 14.133/2021** e do **art. 3º da Instrução Normativa Conjunta nº 01/2024/CGM/PGM**, será designado, por portaria específica, **Gestor do Contrato**, servidores efetivos da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, responsáveis pelo acompanhamento, controle e ateste da execução contratual.

Vigência e prorrogação: Vigência de 12 meses; prorrogação somente nas hipóteses legais, mediante justificativa técnica e demonstração de vantajosidade para a Administração, observadas as normas orçamentárias e legais. Toda alteração será formalizada por termo aditivo motivado.

Garantia contratual: Exigir garantia de execução no percentual a ser definido no edital (sugestão: 1% do valor global, opção por caução em dinheiro, seguro-garantia, carta-fiança ou outras modalidades previstas na legislação), a ser liberada conforme cumprimento das obrigações e condições contratuais. A garantia poderá ser utilizada para custear substituição de itens, conclusão do fornecimento ou ressarcimento por inexecução culposa.

Assinatura e publicação: Convocação para assinatura e retirada de nota de empenho conforme prazos legais (ex.: 3 dias úteis para a assinatura), com publicação do contrato no órgão oficial, quando aplicável, como condição para efetivação dos pagamentos.

10. DO REAJUSTE CONTRATUAL

Periodicidade: Reajuste anual, observada a periodicidade mínima de 12 (doze) meses entre reajustes, contados da assinatura do contrato.

- a) O Reajuste dos valores contratual terá como data base o orçamento estimado conforme o §7º do artigo 25 da Lei Federal nº 14.133 de 2021;





- b) Deve ser observado o princípio da anualidade para o reajuste;
- c) O índice a ser utilizado para o reajuste contratual será o IPCA e, em caso de sua extinção, outro que venha lhe suceder.

Revisão/Repactuação extraordinária: Admitir repactuação ou revisão por onerosidade excessiva apenas mediante comprovação documental (notas fiscais, contratos de insumos, pesquisas de mercado), análise jurídica e financeira da Administração e formalização por termo aditivo; vedada revisão por má gestão do contratado.

Procedimento: Pedido fundamentado pelo contratado com antecedência mínima de 30 dias; análise da Administração em até 30 dias; homologação mediante termo aditivo.

11. DA RESCISÃO DO CONTRATO (Art. 90º§ 7º da Lei 14.133/21)

Fundamento e procedimento: A rescisão poderá ocorrer na forma prevista na Lei nº 14.133/2021, por iniciativa da Administração ou do contratado, assegurados o contraditório e ampla defesa. A rescisão administrativa será formalizada por ato motivado e registrada no processo administrativo.

Hipóteses de rescisão pela Administração (exemplificativas):

- Inexecução total ou parcial do objeto;
- Atraso injustificado e reiterado;
- Descumprimento de cláusulas essenciais (garantia, prazos, especificações);
- Fraude, conluio ou ilícito;
- Falência ou insolvência do contratado;
- Interesse público superveniente devidamente motivado.

Hipóteses de rescisão pelo contratado: Pedido motivado por fato superveniente e imprevisível que torne a execução inviável/onerosa, mediante instrução documental e sujeição à análise da Administração.

Efeitos e providências: A rescisão implica apuração de débitos/créditos, utilização da garantia para ressarcimentos ou conclusão do objeto se necessário, possibilidade de aplicação de sanções administrativas, cíveis e criminais; publicação do ato e comunicação aos órgãos de controle. Procedimentos conformes ao devido processo legal interno.





12. DA TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO

É **vedada** a cessão ou transferência, total ou parcial, dos direitos e obrigações do contrato sem **prévia e expressa autorização escrita da Administração**. A eventual autorização estará condicionada à verificação da capacidade técnica, regularidade fiscal e trabalhista do cessionário e à motivação técnica e jurídica que justifique a transferência. A cessão sem anuência administrativa constituirá infração contratual, sujeitando o responsável às sanções legais.

13. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO (Art. 117º da Lei 14.133/21)

A execução contratual será acompanhada e fiscalizada na função de GESTORA pela servidora **DIRCE APARECIDA DA SILVA, MATRICULA 5186** sendo formalmente designado pela Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, através de portaria específica e publicada no momento oportuno conforme determina o artigo **117 da Lei nº 14.133/2021** e a **Instrução Normativa Conjunta nº 003/2024/CGM/PGM**, observando-se as seguintes diretrizes:

13.1 Fiscalização Administrativa E Técnica

A fiscalização do contrato ocorrerá sob duas vertentes:

- **Administrativa:** a cargo do Gestor do Contrato, responsável pelo acompanhamento geral da execução, pela verificação do cumprimento das cláusulas contratuais, e pela adoção de providências cabíveis em caso de irregularidades;
- **Técnica:** exercida pelo Fiscal de Contrato ou comissão designada, com competência para inspecionar os serviços, aferir a conformidade técnica, emitir relatórios de vistoria, validar medições, e atestar a execução para fins de liquidação e pagamento.

A designação do Gestor e do Fiscal será formalizada por **portaria própria**, conforme previsto na **IN nº 01/2024/CGM/PGM**, com ciência expressa à contratada.

13.2 Acompanhamento E Relatórios

Durante a vigência contratual, deverão ser elaborados **relatórios mensais de acompanhamento**, contendo:





- Situação operacional dos sistemas de segurança e monitoramento;
- Ocorrências de falhas, substituições e manutenções realizadas;
- Chamados emergenciais e tempo de resposta da patrulha tática;
- Evidências de monitoramento remoto e registros de vídeo;
- Parecer técnico conclusivo do Fiscal quanto à conformidade da execução.

Os relatórios serão encaminhados à autoridade competente para ciência e providências administrativas, devendo integrar o processo físico ou eletrônico do contrato.

13.3 Controle Interno E Auditoria

O acompanhamento das etapas de liquidação e pagamento observará o disposto nos **arts. 19 a 25 da IN Conjunta nº 003/2024/CGM/PGM**, com registro de todas as medições e notas fiscais devidamente atestadas.

13.4 Recebimento Do Objeto

Concluída a execução, o recebimento será realizado mediante **atesto do Gestor de Contrato**, sendo:

- **Provisório**, quando cabível, para fins de verificação de conformidade técnica e testes de desempenho dos equipamentos;
- **Definitivo**, após a constatação da plena execução contratual e do funcionamento adequado de todos os sistemas, conforme previsto no **§1º, inciso II, do art. 40 da Lei nº 14.133/2021**.
- Nos casos de prestação de serviços continuados e sem fornecimento de bem permanente, o recebimento poderá ocorrer **diretamente em caráter definitivo**, desde que o ateste técnico comprove a conformidade e regularidade do objeto, nos termos do **art. 141, §1º, inciso II, da referida Lei**.

13.5 Comunicação E Responsabilidade

Eventuais não conformidades deverão ser registradas formalmente em relatório, comunicadas à contratada e sanadas no prazo estabelecido contratualmente. O descumprimento das obrigações ensejará a aplicação das penalidades cabíveis, conforme o item “20 – Das Penalidades” deste Termo de Referência.





14. DA GARANTIA

A contratada deverá assegurar **garantia integral de funcionamento e desempenho** dos equipamentos, materiais e serviços prestados durante todo o período de vigência contratual, observando-se os prazos mínimos e condições estabelecidas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

14.1 Garantia Contratual de Execução

Nos termos do **art. 96 da Lei nº 14.133/2021**, poderá ser exigida **garantia de execução contratual**, fixada no percentual de **até 1% (um por cento)** do valor total do contrato, a ser apresentada no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis** após a assinatura contratual. A garantia poderá ser prestada por uma das seguintes modalidades:

- **Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;**
- **Seguro-garantia;**
- **Fiança bancária.**

A escolha da modalidade caberá à contratada, devendo o instrumento ser válido por todo o período de vigência contratual, com renovação obrigatória quando houver prorrogação do contrato.

O valor da garantia poderá ser utilizado, parcial ou integralmente, pela Administração para **ressarcir prejuízos decorrentes de inexecução parcial ou total**, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas.

14.2 Garantia Técnica dos Equipamentos E Serviços

A contratada deverá assegurar **garantia técnica mínima de 12 (doze) meses** sobre todos os equipamentos, dispositivos e componentes instalados, contados a partir do **recebimento definitivo do objeto**, cobrindo eventuais defeitos de fabricação, mau funcionamento, falhas elétricas ou eletrônicas e desgaste prematuro.

Durante o período de garantia, a contratada obriga-se a:

- Substituir, sem ônus adicional, quaisquer equipamentos, peças ou componentes que apresentem defeitos;
- Executar correções, ajustes ou reinstalações necessárias para manter o pleno funcionamento do sistema;





- Prestar suporte técnico presencial ou remoto em até **24 (vinte e quatro) horas** após o chamado formal do Fiscal do Contrato;
- Manter disponíveis peças de reposição compatíveis e originais;
- Assegurar que todas as intervenções sejam registradas em relatório técnico assinado por profissional habilitado, com **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou RRT**.

14.3 Garantia de Desempenho Operacional

Durante a vigência contratual, o sistema deverá apresentar **índice mínimo de disponibilidade de 95% (noventa e cinco por cento)**, medido com base nos relatórios de monitoramento, registros de manutenção e logs do sistema. O não atendimento a este índice por período superior a **15 (quinze) dias consecutivos** poderá ensejar a aplicação de **glosa proporcional no pagamento** ou, em caso de reincidência, a **rescisão contratual motivada**, conforme previsto no item 11 deste Termo.

14.4 Recebimento E Validação Da Garantia

A contagem do prazo de garantia técnica e contratual terá início a partir da data do **recebimento definitivo do objeto**, conforme ateste emitido pelo Fiscal do Contrato. O instrumento de garantia deverá ser conferido e validado pela **Unidade de Controle Interno da SEMAS**, observando as disposições da **Instrução Normativa Conjunta nº 003/2024/CGM/PGM** e demais normas municipais de gestão de contratos.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (Art. 92º, § XIV da Lei 14.133/21)

A empresa contratada obriga-se a executar os serviços e fornecer os equipamentos objeto deste Termo de Referência **com observância das normas técnicas vigentes, especificações contratuais, prazos estabelecidos e determinações da fiscalização**, respondendo integralmente pela perfeita execução do contrato.

15.1 Obrigações Gerais

A contratada deverá:

1. Executar os serviços conforme o cronograma aprovado, assegurando o **pleno funcionamento e a continuidade operacional** do sistema de segurança eletrônica durante toda a vigência contratual;





2. Manter equipe técnica habilitada, com profissionais registrados no CREA/CAU, garantindo que toda instalação e manutenção sejam acompanhadas por responsável técnico com **ART ou RRT devidamente emitida**;
3. Fornecer **todos os equipamentos, componentes, cabos, sensores, câmeras, DVR/NVR, software e acessórios necessários**, em regime de comodato, incluindo substituições, sem ônus adicional;
4. Cumprir as normas da **ABNT NBR IEC 60335-2-76** (energizadores de cerca elétrica) e demais legislações correlatas, especialmente no que se refere à limitação de energia e segurança elétrica;
5. Assegurar que os sistemas de gravação e monitoramento sejam **compatíveis com protocolos padrão (ONVIF/RTSP)** e permitam **acesso remoto em tempo real**;
6. Garantir **tempo máximo de resposta de 15 (quinze) minutos** para deslocamento da patrulha tática em casos de acionamento de alarme;
7. Executar **manutenções preventivas mensais e corretivas imediatas** sempre que houver falhas ou alertas do sistema;
8. Substituir de forma imediata qualquer equipamento defeituoso, sem interrupção do serviço e sem custo adicional;
9. Manter os equipamentos instalados limpos, organizados e em perfeito estado de conservação, zelando pela estética e segurança das instalações públicas;
10. Disponibilizar **relatórios mensais detalhados** contendo:
 - Lista de manutenções realizadas e peças substituídas;
 - Registro de alarmes, chamados e rondas;
 - Tempo de resposta operacional e ocorrências críticas;
 - Evidências (fotos, logs e capturas de tela do sistema).

15.2 Obrigações Administrativas

1. Cumprir integralmente as **normas de segurança do trabalho, NR-10** (serviços elétricos) e **NR-35** (trabalho em altura), fornecendo EPIs e treinamento à equipe;
2. Manter a Administração informada sobre **qualquer intercorrência, substituição de técnico ou alteração contratual**;





3. Assegurar que todos os empregados vinculados à execução estejam devidamente registrados e com suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais em dia;
4. Cumprir pontualmente as exigências de **confidencialidade e sigilo** das imagens, dados e relatórios produzidos pelo sistema;
5. Não transferir, total ou parcialmente, o objeto ou a execução contratual sem prévia autorização da Administração;
6. Manter atualizados todos os **atestados de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária**, sob pena de suspensão de pagamentos;
7. Responsabilizar-se integralmente por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo de seus empregados, prepostos ou subcontratados;
8. Manter **plantão técnico e canal de atendimento 24 (vinte e quatro) horas**, com suporte remoto e presencial;
9. Custear integralmente o transporte, hospedagem, ferramentas e demais despesas necessárias à execução dos serviços.

15.3 Obrigações Específicas de Monitoramento

1. Monitorar continuamente o sistema eletrônico (24h/dia, 7 dias/semana), gerando relatórios automáticos de eventos e falhas;
2. Registrar, em sistema próprio, todas as ocorrências, alarmes e ações corretivas, com data, hora e identificação do operador responsável;
3. Assegurar que as imagens captadas sejam armazenadas por **mínimo de 30 (trinta) dias**, com possibilidade de exportação mediante solicitação do Fiscal do Contrato;
4. Disponibilizar à SEMAS o acesso remoto e simultâneo às câmeras e registros, mediante credenciais seguras;
5. Garantir o deslocamento da **patrulha tática de resposta** dentro do prazo máximo previsto, registrando digitalmente o atendimento e encaminhando relatório ao Fiscal no prazo de até 24 horas após a ocorrência.

15.4 Responsabilidade Técnica e Civil

A contratada responderá:





- Pela integridade, desempenho e conformidade técnica de todos os equipamentos e sistemas;
- Pelos serviços prestados por seus prepostos, inclusive danos materiais ou pessoais decorrentes de falhas, imperícia ou negligência;
- Pela observância das normas de engenharia, elétrica e segurança aplicáveis;
- Pela **validade e autenticidade da ART/RRT** associada ao projeto, instalação e manutenção dos sistemas.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (Art. 92º, § XIV da Lei 14.133/2021)

A Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, por intermédio do Fundo Municipal de Assistência Social – FUMAS, na qualidade de contratante e unidade gestora do contrato, obriga-se a assegurar o acompanhamento regular da execução contratual e a adoção das medidas administrativas necessárias para garantir a boa e fiel execução do objeto, conforme as disposições da **Lei nº 14.133/2021**, da **Instrução Normativa Conjunta nº 003/2024/CGM/PGM** e demais normas municipais correlatas.

16.1 Obrigações Gerais

A Contratante deverá:

1. Designar formalmente o **Gestor e o Fiscal do Contrato**, observando a capacitação e atribuições definidas na IN Conjunta nº 003/2024/CGM/PGM;
2. Fornecer à contratada as informações e condições necessárias ao início e à continuidade da execução contratual, incluindo **autorização de acesso ao local, energia elétrica e infraestrutura mínima**;
3. Acompanhar, supervisionar e registrar todas as etapas de execução dos serviços e do fornecimento de equipamentos;
4. **Analisar e validar os relatórios mensais** apresentados pela contratada, especialmente quanto à disponibilidade operacional, rondas e manutenção preventiva;
5. Promover, quando necessário, **reuniões de acompanhamento técnico** com a contratada para ajustes e alinhamentos operacionais;





6. Verificar o cumprimento das cláusulas contratuais, aplicando, quando cabível, **advertências, glosas ou penalidades** nos termos da legislação;
7. **Atestar a execução dos serviços** para fins de liquidação e pagamento, após conferência técnica e documental;
8. Comunicar imediatamente à Controladoria Geral do Município (CGM) quaisquer irregularidades ou descumprimentos relevantes observados na execução contratual;
9. Adotar as medidas administrativas e disciplinares cabíveis em caso de omissão ou negligência por parte dos responsáveis pela fiscalização.

16.2 Responsabilidades Administrativas

A Contratante é responsável por:

1. Garantir **dotação orçamentária e empenho suficientes** para suportar as despesas do contrato durante toda sua vigência;
2. Zelar pela **observância dos princípios da economicidade, eficiência e legalidade**, promovendo análise prévia das medições e notas fiscais antes da liquidação;
3. Assegurar que todos os pagamentos sejam realizados **após o devido ateste técnico** e dentro dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência;
4. Manter arquivado, em meio físico e digital, **todo o histórico do contrato**, incluindo medições, relatórios de manutenção, comunicações e notificações;
5. Solicitar parecer jurídico e controle interno sempre que houver necessidade de alteração, prorrogação ou rescisão contratual;
6. Garantir **transparência e publicidade** dos atos relacionados à execução do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da legislação municipal.

16.3 Limitações de Responsabilidade

A Contratante **não responderá por prejuízos, danos ou perdas** decorrentes de:

- Imperícia, negligência, imprudência ou dolo da contratada ou de seus prepostos;
- Falhas técnicas originadas de má instalação ou operação inadequada dos sistemas;
- Descumprimento de prazos e obrigações pela contratada;





- Ocorrências decorrentes de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovadas.

A Contratante também não se responsabilizará por despesas de transporte, hospedagem, alimentação, combustível, manutenção de veículos, materiais ou ferramentas utilizadas pela contratada na execução do objeto.

16.4 Colaboração Técnica

A Contratante deverá colaborar com a contratada no que couber, garantindo acesso às áreas necessárias, fornecendo esclarecimentos tempestivos e evitando interrupções indevidas que prejudiquem a execução dos serviços.

Toda solicitação da contratada deverá ser formalizada via expediente administrativo, com protocolo e ciência do Gestor do Contrato.

17. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS (Art. 6º, § XXIII, Alínea h da Lei 14.133/2021)

A avaliação e julgamento das propostas observarão os princípios da **legalidade, isonomia, vantajosidade e julgamento objetivo**, conforme disposto nos artigos 33, 34 e 56 da Lei nº 14.133/2021, e nas regras específicas do **Pregão Eletrônico**.

17.1 Julgamento

O julgamento das propostas será realizado pelo critério de **menor preço global**, considerando a **execução integral do objeto**, conforme especificações técnicas e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

Será considerada vencedora a licitante que apresentar o **menor valor total**, desde que atenda plenamente aos requisitos técnicos, operacionais e de conformidade previstos.

17.2 Critérios Técnicos de Aceitabilidade

Serão desclassificadas as propostas que:

1. **Apresentarem preços manifestamente inexecutáveis**, incompatíveis com os valores de mercado apurados na pesquisa de preços constante dos autos;
2. Omitirem informações técnicas essenciais ou deixarem de atender aos requisitos mínimos estabelecidos para equipamentos, software e serviços;





3. Propuserem marcas, modelos ou soluções **incompatíveis com as normas técnicas obrigatórias**, em especial a **ABNT NBR IEC 60335-2-76**, ou com os padrões de interoperabilidade ONVIF/RTSP exigidos para o sistema de CFTV;
4. Apresentarem **tempo de resposta operacional superior a 15 (quinze) minutos** para atendimento de ocorrências, ou **disponibilidade técnica inferior a 95%** dos sistemas;
5. Oferecerem soluções que não garantam **monitoramento remoto 24 (vinte e quatro) horas**, armazenamento mínimo de 30 dias de gravações, ou ausência de acesso remoto simultâneo pela contratante;
6. Não comprovarem a **existência de equipe técnica própria ou terceirizada devidamente habilitada**, com emissão de ART/RRT quando aplicável;
7. Apresentarem quantitativos ou prazos de instalação divergentes dos definidos neste Termo.

As especificações técnicas apresentadas deverão ser detalhadas em **catálogos, folhetos, memorial descritivo ou proposta técnica anexa**, permitindo a análise comparativa entre os itens ofertados e as exigências do presente Termo de Referência.

17.3 Critérios Financeiros de Aceitabilidade

1. Serão rejeitadas propostas com valores **inferiores a 70% (setenta por cento)** do valor estimado, salvo se acompanhadas de **planilha detalhada de custos** que comprove sua exequibilidade;
2. Os preços deverão ser apresentados em **reais (R\$)**, expressos com duas casas decimais, e **abranger todos os encargos tributários, trabalhistas, previdenciários, de transporte, frete, deslocamento e demais custos diretos ou indiretos**;
3. Não serão admitidas propostas com **preços simbólicos, irrisórios, ou de valor zero**, ainda que para um único item;
4. Em caso de divergência entre o valor unitário e o valor total, **prevalecerá o valor unitário**, conforme previsto no edital.





17.4 Critério de Desempate

Havendo empate entre duas ou mais propostas, será adotado o disposto no **art. 60 da Lei nº 14.133/2021**, observando-se, preferencialmente:

- I – o **desempenho contratual prévio** da licitante junto à Administração;
- II – a **contratação de microempresa ou empresa de pequeno porte**, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006;
- III – o **critério de sorteio**, caso persistam as condições de igualdade.

17.5 Aceitação Final

A proposta classificada em primeiro lugar será submetida à **verificação de conformidade técnica** pela equipe de fiscalização designada, que poderá solicitar **demonstração prática dos equipamentos e software**, antes da adjudicação, para confirmar a compatibilidade com os requisitos deste Termo.

A não conformidade técnica implicará **desclassificação da licitante**, sendo convocada a seguinte classificada.

O julgamento é por **MENOR PREÇO POR LOTE** desde que a proposta seja inicialmente considerada aceitável previsão expressa sobre a documentação complementar de ME/EPP em caso de empate, com prazo e condições conforme a legislação aplicável.

18. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO (Art. 6º § XXIII Alínea h; Capítulo VI, Arts. 62º ao 70º da Lei 14.133/2021)

A habilitação das licitantes observará os requisitos previstos no **Capítulo VI da Lei nº 14.133/2021 (arts. 62 a 70)**, bem como as disposições da **Instrução Normativa Conjunta nº 003/2024/CGM/PGM**, devendo as empresas interessadas apresentar documentação que comprove sua **regularidade jurídica, técnica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira**, conforme segue:

18.1 Habilitação Jurídica

A licitante deverá apresentar:





- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, e no caso de sociedade por ações, documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Documento de identificação (RG e CPF) do(s) sócio(s) ou administrador(es);
- f) Instrumento de procuração, devidamente registrado em cartório, acompanhado dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF), quando for o caso.

18.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista

A comprovação de regularidade se dará mediante apresentação de:

- a) Cartão do CNPJ – Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral (art. 68, I, da Lei 14.133/21);
- b) Certidões de Regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, admitida certidão positiva com efeitos de negativa, nos termos do art. 68, III;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS, também admitida positiva com efeitos de negativa (art. 68, IV);
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (Lei 12.440/2011);
- e) Declarações conjuntas de:
 - Inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação;
 - Inexistência de servidores públicos ativos nos quadros da empresa;
 - Não utilização de mão de obra infantil nem de menores em condições proibidas;
 - Elaboração independente da proposta;
 - Conhecimento e aceitação integral do TR e condições do edital;





– Cumprimento da Recomendação MPT nº 6616/2023, com comprovação de atendimento ao art. 51 do Decreto 9.578/2018 e art. 93 da Lei 8.213/1991, via certidão disponível em <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br>.

18.3 Qualificação Técnica

A qualificação técnica deverá demonstrar a **capacidade operacional e experiência anterior** da licitante em objeto compatível com o desta contratação, conforme previsto no **art. 67 da Lei nº 14.133/2021**, mediante apresentação dos seguintes documentos:

1. **Atestado(s) de capacidade técnica** emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de serviços similares de **instalação, manutenção ou monitoramento eletrônico** em imóveis de porte e complexidade equivalentes, com bom desempenho e cumprimento contratual satisfatório;
2. **Declaração da licitante** de que dispõe de equipe técnica própria ou terceirizada qualificada, com profissionais **legalmente habilitados** para a execução do objeto;
3. **Comprovação de vínculo ou contrato de prestação de serviços com profissional de nível técnico ou superior em Engenharia Elétrica, Eletrônica ou de Telecomunicações**, devidamente registrado no **CREA**, e que será responsável técnico durante toda a execução do contrato;
4. **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT)** do profissional responsável, vinculada especificamente ao objeto da licitação, conforme exigência dos **Conselhos Profissionais competentes (CREA/CAU)**;
5. Memorial técnico ou descritivo da solução proposta, contendo a relação dos equipamentos, software e tecnologias a serem empregadas, compatíveis com as especificações deste Termo de Referência.

Observação: Atendidos os requisitos mínimos de qualificação técnica, a Administração poderá solicitar **visita técnica** prévia ou comprovação de estrutura operacional da licitante, visando garantir a execução adequada do contrato, sem caráter eliminatório, mas de caráter comprobatório e orientador.





18.4 Qualificação Econômico-Financeira

A empresa deverá comprovar capacidade econômico-financeira para execução do contrato mediante apresentação de:

- a) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos dois últimos exercícios sociais, **devidamente registrados nos órgãos competentes, ou o Balanço de Abertura para empresas constituídas há menos de um ano, conforme o art. 69, I, da Lei nº 14.133/2021;**
- b) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, **expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com validade de até 90 dias, admitindo-se a participação de empresas em recuperação judicial desde que apresentem certidão judicial atestando sua viabilidade econômica (TCU Acórdão nº 1201/2020-Plenário);**
- c) Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) **maiores que 1, calculados a partir dos balanços apresentados.**

18.5 Declarações Complementares

As licitantes deverão apresentar, ainda:

- 1. Declaração de **cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal**, de que **não emprega menores de dezoito anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
- 2. Declaração de **inexistência de fato impeditivo** à habilitação;
- 3. Declaração de **cumprimento das exigências de segurança da informação e sigilo de dados**, conforme LGPD (Lei nº 13.709/2018), quando aplicável;
- 4. Declaração formal de que **não se encontra impedida de contratar com o Poder Público**, nos termos do art. 38, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.
- 5. Declaração de **ciência e concordância com as condições deste Termo de Referência e do futuro contrato.**

18.6 Desclassificação e Inabilitação





Será inabilitado o licitante que:

- a) Não apresentar a documentação exigida dentro do prazo estabelecido;
- b) Apresentar documentação inidônea, incompleta ou vencida;
- c) Não comprovar a capacidade técnica, fiscal ou econômico-financeira exigida;
- d) Apresentar informações ou documentos falsos.

A decisão de inabilitação será formalizada e publicada, assegurado o contraditório e a ampla defesa quando cabível.

18.7 Disposições finais

- a) Todos os documentos apresentados deverão estar legíveis, válidos e, quando for o caso, autenticados ou acompanhados de declaração de autenticidade.
- b) A apresentação de documentos por meio digital será aceita desde que emitidos em portais oficiais ou acompanhados de QR Code/link de verificação.
- c) A habilitação não dispensa o contratado de manter, durante toda a execução do contrato, as condições que ensejaram sua qualificação, sob pena de rescisão contratual e aplicação de penalidades.

19. DA PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS

Poderão participar deste certame empresas **legalmente constituídas**, que comprovem possuir **capacidade técnica e operacional compatível** com o objeto desta contratação, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e na legislação vigente.

19.1 Condições de Participação

- 1. Poderão participar empresas especializadas no ramo pertinente ao objeto licitado, devidamente **registradas nos órgãos competentes**, que atendam a todas as exigências deste Termo e da legislação aplicável;
- 2. A participação no certame implica **aceitação integral e irretratável** das condições estabelecidas no edital e neste Termo de Referência;
- 3. As empresas deverão apresentar **proposta em moeda nacional (R\$)**, com preços que incluam todos os encargos diretos e indiretos, tributos, transporte, seguro, taxas e demais custos relacionados à execução contratual.





19.2 Vedações à Participação

Fica vedada a participação de:

1. Empresas **suspensas, impedidas ou declaradas inidôneas** para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer esfera de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;
2. Empresas que estejam em **processo de falência, recuperação judicial, dissolução ou liquidação**;
3. Empresas que possuam, em seus quadros societários, **servidores ou dirigentes da Administração Pública Municipal**, bem como seus cônjuges, companheiros ou parentes até o segundo grau, conforme dispõe o **art. 9º da Lei nº 14.133/2021**;
4. Empresas **em consórcio, associação ou cooperativa**, qualquer que seja sua forma de constituição, uma vez que o objeto possui natureza técnica e operacional contínua, exigindo **responsabilidade direta e exclusiva da contratada**;
5. Empresas que tenham participado, direta ou indiretamente, da **elaboração do Estudo Técnico Preliminar, da Análise de Risco ou deste Termo de Referência**, conforme vedação do **art. 9º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**;
6. Empresas que mantenham **contratos ou relações de subordinação** com servidores públicos da SEMAS, do FUMAS ou de outros órgãos do Município, configurando conflito de interesse;
7. Empresas que apresentem **proposta ou documento falso**, sob pena de imediata inabilitação e comunicação aos órgãos de controle interno e externo.

19.3 Condições Especiais

1. É admitida a participação de **Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP)**, que gozarão dos benefícios previstos na **Lei Complementar nº 123/2006**, com prioridade em caso de empate nos termos do art. 60 da Lei nº 14.133/2021;
2. As empresas deverão **indicar, em sua proposta, o responsável técnico** pela execução do contrato, devidamente habilitado no respectivo Conselho Profissional, com **ART ou RRT** específica;
3. Em caso de subcontratação parcial (quando expressamente autorizada no edital), a empresa deverá **comunicar formalmente a Administração**, apresentar





documentação da subcontratada e comprovar que esta cumpre todos os requisitos de habilitação e regularidade fiscal exigidos.

19.4 Responsabilidades e Impedimentos

A participação no certame implica:

- Compromisso de **veracidade e autenticidade** das informações e documentos apresentados;
- Responsabilidade pela **exequibilidade dos preços ofertados**;
- Concordância com as regras de **transparência e integridade** exigidas pela Controladoria Geral do Município (CGM) e pela **Instrução Normativa Conjunta nº 003/2024/CGM/PGM**;
- Sujeição às penalidades previstas na legislação vigente, caso sejam constatadas irregularidades ou falsidades documentais.

20. DAS PENALIDADES (Art. 92º, § XIV, Arts. 155º ao 163º da lei 14.133/2021)

A inexecução total ou parcial das obrigações contratuais, a execução irregular ou o descumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital ou no contrato, sujeitará a contratada à aplicação das penalidades previstas na **Lei nº 14.133/2021** e demais normas municipais pertinentes, sem prejuízo da reparação integral dos danos causados à Administração.

Tipo de sanção	Base legal	Aplicação típica	Valor / Prazo
Advertência	Art. 156, I	Infrações leves	Sem valor pecuniário
Multa moratória	Art. 156, II	Atraso injustificado	0,5% ao dia — máx. 10% do contrato
Multa compensatória	Art. 156, II	Inexecução parcial ou total	Até 10% do contrato
Impedimento de licitar e contratar	Art. 156, III	Infrações graves	Até 3 anos
Declaração de inidoneidade	Art. 156, IV	Fraude, má-fé, dano grave	Indeterminado até reabilitação

20.1 Advertência

Aplicável, de forma escrita, nos casos de **descumprimentos de menor gravidade** ou **irregularidades formais**, que não causem prejuízo direto à execução contratual, servindo como registro e orientação para evitar reincidência.





A advertência será anotada no histórico da contratada e considerada em futuras contratações.

20.2 Multas

A contratada estará sujeita à aplicação das seguintes **multas administrativas**, que poderão ser descontadas dos pagamentos devidos, cobradas judicialmente ou executadas por meio da garantia contratual:

Hipótese	Percentual sobre o valor do contrato ou parcela afetada
Atraso injustificado no início dos serviços	0,5% por dia de atraso, limitado a 10%
Descumprimento parcial de obrigações contratuais	5%
Execução em desacordo com as especificações técnicas	10%
Recusa injustificada em assinar o contrato ou retirar a nota de empenho	10%
Inexecução total do contrato	20%

O valor da multa não exclui a possibilidade de aplicação concomitante de **advertência** ou de outras sanções, conforme a gravidade da infração.

Antes da aplicação da penalidade, será garantido à contratada o **contraditório e ampla defesa**, conforme **art. 158 da Lei nº 14.133/2021**.

20.3 Suspensão de Licitar e Contratar

A contratada poderá ser **suspensa de participar de licitações e contratar com a Administração Municipal** por prazo de até **3 (três) anos**, nas seguintes hipóteses:

1. Reincidência em descumprimento contratual;
2. Não atendimento às notificações da fiscalização;
3. Desempenho insatisfatório reiterado;
4. Prática de fraude ou má-fé na execução contratual;





5. Comportamento que atente contra a moralidade administrativa, integridade ou o interesse público.

Durante o período de suspensão, a empresa permanecerá **impedida de contratar com qualquer órgão da Administração Direta e Indireta** do Município de Vilhena.

20.4 Declaração de Inidoneidade

Nos casos de **fraude, conluio, dolo, falsificação documental ou prejuízo grave ao erário**, a Administração poderá declarar a empresa **inidônea para licitar e contratar** com o Poder Público, em todas as esferas, enquanto perdurarem os motivos determinantes ou até que seja promovida sua reabilitação, nos termos do **art. 163 da Lei nº 14.133/2021**.

20.5 Execução da Garantia Contratual

A Administração poderá, a seu critério, **executar total ou parcialmente a garantia de execução contratual**, para ressarcir prejuízos decorrentes de inadimplemento, inexecução ou multas aplicadas, conforme o disposto no **art. 97 da Lei nº 14.133/2021**, sem prejuízo das demais sanções legais.

20.6 Responsabilidade Civil e Criminal

Independentemente das penalidades administrativas, a contratada responderá **civil e criminalmente** por danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de **ação, omissão, negligência, imprudência ou imperícia**, conforme previsto no Código Civil e demais legislações aplicáveis.

20.7 Procedimento e Defesa

1. A aplicação das penalidades observará o **devido processo administrativo**, com notificação formal da contratada para apresentação de defesa no prazo de **5 (cinco) dias úteis**;
2. As sanções serão aplicadas pela autoridade competente, mediante **ato administrativo devidamente motivado**, com registro no **Portal da Transparência** e comunicação à **Controladoria Geral do Município (CGM)**;
3. As penalidades aplicadas **serão anotadas no Cadastro Municipal de Fornecedores**, podendo repercutir em futuras contratações.





20.8 Cumulação de Penalidades

As penalidades previstas neste item **podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente**, de acordo com a gravidade da infração e os prejuízos causados à Administração, conforme previsto no **art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021**.

21. INFORMAÇÕES GERAIS

Disposições iniciais

- A participação no certame implica **plena e irrestrita aceitação** de todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e em seus anexos, bem como **responsabilidade integral pela veracidade das informações e documentos apresentados**.
- As empresas participantes deverão examinar cuidadosamente os elementos deste Termo e do edital, **não cabendo alegação de desconhecimento** ou de omissão de informações como justificativa para eximir-se de quaisquer obrigações contratuais.
- Toda **comunicação oficial** entre a Administração e a contratada deverá ocorrer **por meio escrito e protocolado**, seja por expediente administrativo eletrônico (SEI) ou meio físico, sendo consideradas **válidas somente as comunicações formais**.
- Solicitações verbais ou por mensagens informais **não terão validade administrativa**.
- As ordens de serviço, notificações e atestes deverão ser emitidos por servidor formalmente designado.
- O acompanhamento e fiscalização do contrato serão realizados por servidor(es) designado(s) mediante **portaria específica**, observando-se as competências estabelecidas no **art. 117 da Lei nº 14.133/2021** e na **Instrução Normativa Conjunta nº 003/2024/CGM/PGM**.
- Quaisquer **alterações contratuais** deverão ser precedidas de **justificativa técnica e aprovação jurídica**, formalizadas por termo aditivo, em conformidade com o **art. 125 da Lei nº 14.133/2021**.
- A **contratada não poderá transferir, ceder, subcontratar ou terceirizar** a execução do objeto, total ou parcialmente, sem autorização prévia e expressa da Administração, sob pena de rescisão contratual.





- A contratada deverá manter **sigilo absoluto** sobre todas as informações, imagens, relatórios, senhas, cadastros e demais dados obtidos em razão da execução contratual, sendo **vedada a divulgação a terceiros**, sob pena de responsabilização administrativa, civil e penal, em conformidade com a **Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018)**.
- O **não cumprimento de prazos, especificações ou obrigações contratuais** poderá ensejar aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, independentemente de prévio aviso.
- Em caso de **dúvidas quanto à interpretação** das cláusulas deste Termo ou do contrato, prevalecerá sempre a **interpretação mais favorável ao interesse público e à finalidade administrativa** do ajuste, nos termos do **art. 5º da Lei nº 14.133/2021**.
- Os **casos omissos** serão resolvidos pela Administração, com base nas disposições da **Lei nº 14.133/2021**, na **Instrução Normativa Conjunta nº 003/2024/CGM/PGM**, e subsidiariamente pelas normas de direito público aplicáveis.
- O presente Termo de Referência integra o processo administrativo nº **1177/2025**, servindo como **documento base para a elaboração do edital, minuta contratual e demais atos preparatórios da licitação**.
- Mais informações poderão ser adquiridas pelo telefone (69) 3919-7021 ou no Departamento Financeiro da Secretaria Municipal de Assistência Social, instalado na Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, nº 921 – Esquina com Av. Juraci Correia Muller– Bairro Jardim Eldorado, Vilhena – RO, de segunda às quintas-feiras das 07h00min às 17h00min; e nas sextas-feiras das 07h00min às 13h00min.
- O presente **Termo de Referência** foi elaborado por Elison Brandao Moura, revisado e aprovado por Nilcemar Dias de Almeida Secretário Municipal da SEMAS.

22. DO FORO

Fica eleito o **Foro da Comarca de Vilhena – Estado de Rondônia**, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da execução deste contrato ou dos atos administrativos dele decorrentes, que não possam ser resolvidas na esfera administrativa.

Vilhena/RO, 19 de junho de 2026.

Elaborador: Elison Brandão Moura
Cargo: Assessor Executivo
Matrícula:17444



Assinado por:
MUNICÍPIO DE VILHENA
NILCEMAR DIAS DE ALMEIDA



19/06/2026 11:55:29

<https://vilhena.oxxy.eletoch.com.br/protocolo/consulta-autenticidade/?identificador=fc256d89-b35d-4118-96fe-3287890c4878>
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

